

A CONTRIBUIÇÃO DA CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO À REDUÇÃO DO ACERVO PROCESSUAL NACIONAL E NA COMARCA DE IBIÁ-MG

Priscilla Rayane de Matos Silva*

priscilla.mattoos@gmail.com

RESUMO

Este Trabalho tem, por objetivo, incentivar o uso de métodos alternativos de conflitos; em especial a Conciliação e a Mediação; e, demonstrar, por meio de dados, o seu impacto na baixa do Acervo Processual Nacional; e, também, na Comarca de Ibiá-MG. Este Estudo pretendeu, ainda, destacar as inúmeras contribuições que essa prática poderá trazer ao Cidadão Litigante, aos Operadores do Direito, aos Membros e Funcionários do Poder Judiciário e à Coletividade, na medida em que satisfaz aos interesses das partes, de forma rápida; reduzindo o volume processual de Cartórios; e, revelando-se, como medida eficiente ao combate à morosidade.

Palavras-chave: Conciliação; Mediação; Acesso à Justiça; Acordo.

1 INTRODUÇÃO

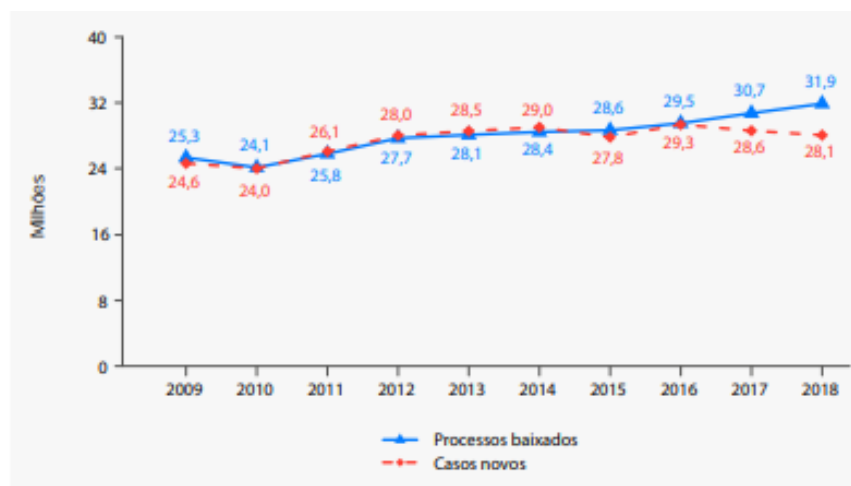
É latente o descontentamento dos Jurisdicionados, em relação ao Sistema Judiciário Nacional, devido aos mais diversos aspectos; os quais variam, desde o elevado acervo de demandas, que gera morosidade na prestação jurisdicional; o elevado custo das Ações Judiciais e as condições pessoais das partes; as dificuldades de proteção de certos interesses e a velha burocracia; que dificultam a adoção de medidas isoladas, a fim de sanar tais problemas.

Surgem as soluções alternativas para esses conflitos; quais sejam a Arbitragem; e, em especial, a Conciliação e a Mediação. Com essas opções de resolução de controvérsias, busca-se um acesso efetivo, humanizado e desburocratizado, no sentido de sanar e prevenir que novas mazelas surjam, com o nascimento de uma demanda judicial.

Nesse cenário, em que é alarmante o número de Processos tramitando em todas as Varas do país, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), uma Instituição Pública, que visa a aperfeiçoar o trabalho do Sistema Judiciário Brasileiro; principalmente, no que

* Bacharel em Direito pelo Centro Universitário do Planalto de Araxá – UNIARAXÁ.

diz respeito ao controle e à transparência administrativa e processual, buscou a implantação de metas, para que houvesse direcionamento dos Juízes; especialmente, com atenção às Ações, que estavam pendentes, há longos anos. Essas metas foram eficazes para a diminuição do Acervo Litigioso. Senão, vejamos a última atualização do CNJ, do ano de 2018, sobre o panorama do Judiciário Nacional:



FONTE: Justiça em Números – 2018.

O estoque de Processos pendentes, ao final de 2018, em todos os Órgãos do Poder Judiciário, foi de 78.691.031 Ações; o que representa uma queda de 1,2%, em relação a 2017. Já, o total de casos novos ingressados foi de 28.052.965 Processos; o que aponta para uma redução de 1,9%.

O Relatório, ainda, informa que o tempo médio até a sentença subiu de 1 ano e meio, em 2015, para 2 anos e 2 meses, em 2018. No Juízo comum, o tempo de julgamento, nas Varas, supera o tempo dos Juizados. Leva-se, em média, 1 ano e 10 meses para se julgar um Processo, em fase de conhecimento, nas Varas Federais; e, 2 anos e 4 meses, nas Varas Estaduais. A execução é a fase mais demorada; são necessários, em média, 5 anos e 11 meses, para que se dê baixa a um caso em execução; e, assim, dar fim ao Processo.

Enquanto, na Justiça Estadual, o tempo médio de tramitação de uma Ação Cível, no Primeiro Grau, é de 2 anos e 5 meses; na Esfera Criminal, ela sobe para 3 anos e 10 meses. Na Federal, a Primeira Instância leva 1 ano e 11 meses, para se analisar um Processo Não Criminal; e, 2 anos e 3 meses, para o Criminal.

Dentro do panorama apresentado acima, não há dúvida de que longas demandas judiciais não são recomendáveis; tendo em vista o desgaste físico, emocional, financeiro e temporal de todos os envolvidos.

Nesse contexto, surge a Conciliação e a Mediação, como Métodos alternativos, para a resolução de conflitos. Desse modo, para que possamos ter uma Justiça célere, capaz de atender aos anseios da população, além de garantir o devido Processo Legal, a fim de coibir qualquer lesão ou ameaça aos direitos, devemos ter Mecanismos Processuais, capazes de imprimir celeridade às decisões; antecipando o fim dos litígios.

2 NECESSIDADE DE NOVOS MEIOS DE ABORDAGEM DO CONFLITO

Para caminhar em direção à redução do acervo e melhorar a qualidade do acesso à Justiça, demonstra-se fundamental uma nova abordagem dos conflitos, levados à baila do Judiciário.

O conflito é um estado fático emocional, em que duas ou mais pessoas divergem, em razão de interesses individuais e incompatíveis. Em regra, é abordado, como um fenômeno negativo, nas relações sociais, na medida em que proporciona perdas para, ao menos, uma das partes envolvidas.

No entanto, é chegado o momento de se combater esse tabu; visto que, o conflito é inerente às relações humanas. Perceber o conflito, de forma negativa, desencadeia a reação de luta, como resposta ao estresse experimentado. Ao se perceber o conflito, como algo, potencialmente, positivo, tem-se que o mecanismo de luta tende a não ser desencadeado ante a ausência de percepção de ameaça.

Cabe acrescentar que, em muitos casos, o Processo Judicial aborda o conflito, com tamanha burocracia legal, que acaba excluindo aspectos do litígio; que são, possivelmente, tão importantes, quanto, ou, até mais, relevantes do que aqueles, juridicamente, tutelados. Um exemplo dessa situação seria o fato de o Juiz não oportunizar uma nova Audiência de Conciliação à parte requerida, que manifesta interesse em conciliar, em razão de ser revel.

A ideia de que, apenas, um terceiro imparcial (Juiz) é indicado para solucionar questões, trazidas à baila do Judiciário, precisa ser alterada, para uma visão de Estado, que orienta as partes a resolverem, de forma mais consensual e amigável, seus próprios conflitos; e, apenas excepcionalmente, o Juiz se decidirá, em substituição às partes. A

partir dessa percepção, conclui-se que, um dos grandes desafios do Poder Judiciário, atualmente, consiste em combater a ideia de que, para cada conflito de interesse, a única solução correta é a do Magistrado; que, sendo mantida ou reformada, em grau recursal, torna-se a verdadeira solução para o caso.

Diante disso, percebe-se que os novos modelos de resolução de conflito chegaram a boa hora, na medida em que permitem que as partes possam resolver suas disputas; fortalecendo as relações sociais; identificando interesses subjacentes ao conflito; explorando estratégias, que venham a prevenir e resolver futuras controvérsias; vez que são as que têm mais propriedade para tanto; e, ainda, educar as partes para uma melhor compreensão recíproca.

2.1 MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

O presente tópico tem a finalidade de conceituar a Conciliação e a Mediação; pois, apesar de similares, não são sinônimas; e, acabam sendo, comumente, confundidas, pelos Jurisdicionados e Operadores do Direito.

Tais métodos oferecem, de acordo com suas respectivas peculiaridades, opções para se chegar a um consenso; isto é, à paz; ou, apenas a um acordo; dependendo do propósito para o qual o processo de resolução de disputas foi concebido ou desenhado.

2.1.1 A Conciliação

A Conciliação é um meio autocompositivo de conflitos, pelo qual um Terceiro, estranho ao conflito, denominado Conciliador, desenvolve uma atividade tendente a estimular, facilitar e auxiliar os envolvidos a alcançarem um acordo; adotando-se metodologia de incentivo às partes, para a apresentação de possíveis soluções para o impasse.

Na Seara Processual Civil Brasileira, a Conciliação é tratada, como fase do Processo, tendente a extingui-lo, com ou sem resolução do mérito. Tamanha é a sua relevância, que o CPC – Código de Processo Civil – prevê, expressamente, no Art. 139, Inciso V, que o Magistrado deve promover, a qualquer tempo, a autocomposição; preferencialmente, com o auxílio de Conciliadores e Mediadores Judiciais.

A Conciliação pode ser Pré-processual e Processual. É relevante a diferenciação entre esses Institutos; uma vez que, sendo Processual, é concretizada, no curso do Processo; e, acarreta a imediata extinção deste. Já, na fase Pré-processual, não há um Processo em curso; e, havendo acordo, este adquire caráter executório, desde que homologado pelo Juiz.

2.1.2 A Mediação

A Mediação pode ser definida, como uma negociação, facilitada ou catalisada, por um ou mais Terceiro(s), neutro (s) ao conflito, de modo que facilita(m) a negociação entre as pessoas em conflito; habilitando-as a melhor compreender as suas posições e a encontrar soluções que se compatibilizam aos seus interesses e às suas necessidades.

A Mediação é um procedimento mais complexo; dedicado e extenso do que a Conciliação. Isso porque, além do problema imediato, que se apresenta, há outros fatores que pautam um conflito; tais, como, o relacionamento anterior das partes, as suas necessidades e seus interesses, o tipo de personalidade dos envolvidos no conflito, os valores e a forma, como as partes se comunicam. Muitos desses fatores, considerados secundários, por alguns Operadores do Direito, estão, na verdade, na origem do conflito; e, por isso, devem ser levados em conta, na solução do problema.

Roberto Bacelar (2003, p. 192) diz que:

Analisando, apenas, os limites do Processo Judicial, na maioria das vezes, não há satisfação dos verdadeiros interesses do Jurisdicionado. Em outras palavras, pode-se dizer que, somente, a resolução integral do conflito (lide sociológica) conduz à pacificação social. Não basta resolver a lide processual; ou seja, aquilo que foi trazido pelos Advogados ao Processo, se os verdadeiros interesses, que motivaram as partes a litigar não forem identificados e resolvidos. Neste cenário, surge a Mediação, a fim de resolver o cerne do litígio.

Os interessados têm ainda a possibilidade de encerrar a Mediação, a qualquer hora, sem sofrerem maiores prejuízos; pois, esse não é um Processo vinculante; ou seja, os interessados não possuem o ônus em participarem dos atos procedimentais.

O grande objetivo da Mediação e a consequente diferença da Conciliação é que, nessa, o Profissional pode sugerir soluções, para que as partes cheguem a um denominador comum. Já, na Mediação, esse tipo de atuação não é possível; visto que a

função do Profissional Mediador é incentivar o diálogo, para que os próprios envolvidos encontrem uma solução.

2.2 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E JURÍDICA DA CONCILIAÇÃO E DA MEDIAÇÃO

2.2.1 Da Audiência de Conciliação

Como já mencionado alhures, a Audiência de Conciliação é o momento oportunizado às partes para se conciliarem, de modo a atender ao interesse de todos os envolvidos. A Portaria 125/2010, do CNJ, deu início à denominada “Cultura da Paz”; sendo o Novo CPC, fruto dessa cultura. No mesmo norte, disciplina, em seu Artigo 3º, §3º, que: “A Conciliação, a Mediação e outros Métodos de Solução Consensual de Conflitos deverão ser estimulados por Juízes, Advogados, Defensores Públicos e Membros do Ministério Público; inclusive, no curso do Processo Judicial.”

Prevista no Art. 334, do Diploma Processualista Cível, a Audiência de Conciliação é o instrumento, que poderá proporcionar a resolução do conflito, de forma célere; e, que atenda aos interesses das partes envolvidas, na lide; antes da apresentação da contestação pelo Réu. Isso porque, no revogado procedimento ordinário do CPC/1973, a Audiência de Conciliação (Audiência Preliminar) ocorria, após a apresentação de contestação.

Assim, com a nova disciplina do atual CPC, entende-se que o Legislador buscou interceptar o litígio, inicialmente; vez que, com a apresentação de contestação, antes da Audiência Conciliatória, há construção involuntária de barreira, entre Autor e Réu, que fomenta, ainda mais, o conflito. Portanto, o momento para a realização da referida Audiência oportuniza uma maior probabilidade da realização de acordos.

Vale ressaltar, ainda, a possibilidade de realização de mais de uma sessão, destinada à Audiência de Conciliação e Mediação; como prevê o Art. 334, §2º do Novo CPC; não podendo exceder a dois meses, da data de realização da primeira sessão; desde que necessária à composição das partes.

A Audiência de Conciliação só não ocorrerá, se houver concordância de ambos os Litigantes; devendo o Autor informar, na Petição Inicial, o desinteresse; e, o Réu,

também, por Petição, no prazo de 10 dias de antecedência, da data da Audiência (Art. 334, §5º; §6º).

Sobre esse ponto, Daniel Amorim Assumpção Neves (2016, p. 573) aponta que:

A exigência de que o desinteresse na realização da Audiência seja manifestado, de forma expressa, por ambas as partes, é uma triste demonstração do fanatismo, que tem tomado conta do âmbito doutrinário e legislativo, a respeito da solução consensual do conflito. Como diz o ditado popular, “quando um não quer, dois não fazem”, de modo que a manifestação de uma das partes já deveria ser suficiente, para que a Audiência não ocorresse.

Já, no que diz respeito aos direitos, que não admitem autocomposição, o CPC não os previu, expressamente. Entende-se por direitos que não se admite autocomposição os “famosos” direitos indisponíveis. São aqueles que ultrapassam as relações interpessoais, de caráter, imperiosamente, monetário. É o direito o qual o Sujeito não pode abrir mão. Cite-se, a título de exemplo, o direito à vida, à liberdade, à saúde, à imagem e à dignidade; encontrados, de modo imperioso, nos Direitos Fundamentais, do rol constitucional, do Artigo 5º. (CF/88).

Importante ressaltar que a ausência injustificada à Audiência de Conciliação acarreta multa de 2% sobre o valor da causa ou vantagem pretendida; e, será revertida em favor da União ou do Estado (Art. 334, §8º).

Para a realização da Audiência de Conciliação, as partes deverão estar acompanhadas por seus Advogados ou Defensores Públicos. É possível, também, constituir Representante, por meio de Procuração específica, com poderes para negociar e transigir (Art. 334, §º 9 e 10).

Nas Ações de Família, principal foco da Conciliação e Mediação, diferentemente, do que ocorre em outras Ações, o Réu é citado a comparecer à Audiência, sem receber a cópia da Petição Inicial, conforme disposição, expressa do Artigo 695, do Código de Processo Civil. Isso porque, acredita-se que, sem a cópia da Petição Inicial, o Réu possa comparecer à Audiência menos “armado”; aumentando a possibilidade de composição entre as partes. Nas Ações de Família, é possível, ainda, a realização de várias Audiências de Conciliação e Mediação, sem prejuízo das providências processuais, conforme disposição do Art. 696, do CPC.

Sendo frutífera a Audiência de Conciliação, será reduzida a termo e homologada, por sentença, que transitará em julgado, na data da homologação; dando

fim ao Processo. Na hipótese de as partes não celebrarem acordo, o Processo seguirá seu curso, sob as normas do procedimento comum.

2.2.2 Da Conciliação, na Lei 9.099/95

Com a Lei 9.099/95, a Conciliação passou a ter maior relevância, no âmbito jurídico; abrangendo, não só, a Esfera Cível, como, também, a Criminal; a partir da criação dos Juizados Especiais Estaduais, cuja previsão já constava, na Constituição Federal, Artigo 98, Inciso I; de modo que os Juizados Especiais devam buscar, sempre que possível, a Conciliação ou a Transação (Art. 2º, da Lei 9.099/95).

No âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, a Lei 9.099/95 prevê a possibilidade de realização da Audiência de Conciliação, não apenas, na Esfera Cível; como, também, na Criminal; podendo ocorrer em todas as fases processuais; seja, na Audiência Inicial, de Instrução e Julgamento; ou, até mesmo, na Execução.

A Audiência de Conciliação, no Juizado Cível, possui consequências mais gravosas, que na Justiça comum; posto que a ausência do Autor acarreta a conhecida contumácia e imediata extinção do Processo. Enquanto que a ausência do Réu acarreta a sua revelia; com a possibilidade de serem considerados verdadeiros todos os fatos reportados, na Inicial; salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz (Art. 20).

As partes devem comparecer, pessoalmente, à Audiência designada, em decorrência do Princípio da Oralidade, para a tentativa de composição amigável da demanda. Caso não seja obtida a Conciliação, as partes poderão optar pelo Juízo Arbitral, conforme o Art. 24, da Lei 9099/95; ou, ainda, dar prosseguimento ao Processo, com a possibilidade de apresentação da contestação, até a data da Audiência de Instrução e Julgamento; oportunidade em que o Juiz tentará uma nova conciliação entre as partes.

A Conciliação é um instrumento tão importante, no rito dos Juizados Especiais Cíveis, que, até antes da sentença, o Juiz poderá tentar, novamente, a conciliação entre as partes. Vale ressaltar que, até mesmo, em grau de Recurso, o Magistrado Relator possa buscar o consenso entre as partes, que, uma vez alcançando, será submetido à homologação, pelo Colegiado. No mais, a Audiência não ocorre, apenas, na fase de conhecimento; mas, também, em fase de execução, quando realizada a penhora (Art. 53,

§1º). Tal previsão tem, como objetivo, a solução mais célere e menos “punitiva” ao Devedor.

Já, no âmbito dos Juizados Criminais, existe a possibilidade de Audiência de Conciliação, conforme previsão do Art. 70, da Lei do Juizados Especiais. Ela ocorrerá, quando o indivíduo realizar a notícia-crime (B.O); oportunidade em que a Autoridade Policial (Delegado) encaminhará, diretamente, o Termo Circunstanciado ao Cartório do Juizado Especial Criminal, nos termos do Art. 69.

Após tal procedimento, é marcada a Audiência Preliminar, prevista no Art. 70, da Lei, quando as partes poderão, de forma célere, explicar seus motivos pessoais ao Conciliador, que poderá tentar compor o conflito e propor uma solução, para que as partes saiam, dali, satisfeitas; sem que os fatos sejam processados. Essa Audiência Preliminar, além de buscar a solução do conflito, busca saber se a vítima tem interesse ou não em dar prosseguimento à Ação Penal; ou, se desejam realizar um acordo de respeito mútuo.

No JECRIM – ESPECIAL CRIMINAL , também, há a possibilidade de composição civil; ou seja, uma “indenização”, pelo dano sofrido. Essa composição que, se aceita, pelo suposto Réu, será reduzida a termo e homologada pelo Juiz, mediante sentença irrecorrível; como consta no Artigo 74, da lei 9.099/95.

O apego exagerado ao formalismo faz com que alguns Juízes acabem por favorecer a impunidade; desviando o Direito de seu curso natural. E, é esse formalismo que a referida Lei 9.099/95 procurou mitigar; de modo a sempre preservar a melhor solução entre as partes; mesmo após a sentença judicial; usando, para tanto, a Conciliação.

2.2.3 A Mediação e a Lei 13.140/15

A Lei 13.140/2015 é o Ordenamento, que prevê regras sobre a Mediação, nos âmbitos judicial e extrajudicial. De acordo com a Lei 13.140, a Mediação pode ser usada para solucionar conflitos, que versem sobre os direitos disponíveis ou indisponíveis, que admitem transação. Ela deve se orientar pelos Princípios da Imparcialidade do Mediador; pela Isonomia; pela Oralidade; pela Informalidade; pela Autonomia da Vontade das Partes; pela Busca ao Consenso; pela Confidencialidade; e, pela Boa Fé (Art. 2º, da Lei 13.140).

Além de definir as regras, não apenas, para a Mediação Judicial, como também, para a Mediação Extrajudicial, a Lei 13.140/15 inovou, ao regulamentar a autocomposição dos conflitos, envolvendo Pessoas Jurídicas de Direito Público. Segundo a referida Lei, "a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão criar Câmaras de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos, no âmbito dos respectivos Órgãos da Advocacia Pública" (Art. 32).

No que concerne ao procedimento de Mediação, o Artigo 16 permite que as partes requeiram ao Juiz a suspensão de Processo Arbitral ou Judicial em curso, por prazo suficiente à tentativa de resolução consensual do litígio (Art. 17).

Ponto que merece destaque é a possibilidade de as Câmaras Administrativas de Prevenção ao Conflito avaliarem a admissibilidade de composição consensual dos conflitos; envolvendo Particulares e Entes da Administração Pública, estendendo-se, inclusive, para as demandas coletivas, nos termos do Artigo 33, da Lei. Vale lembrar que, via de regra, os Entes da Administração Pública são, legalmente, proibidos de realizarem composição; em razão da indisponibilidade do interesse público.

No entanto, a Lei deixa a desejar, no tocante à inaplicabilidade das disposições dos Incisos II e III, do *caput* do Artigo 32, às controvérsias, envolvendo Tributos Administrativos da Receita Federal e aos créditos, inscritos em Dívida Ativa da União (Artigo 38, Inciso I). Os acordos, em torno dos Executivos Fiscais, contribuiriam, sobremaneira, no sentido de desafogar os foros das Justiça Federal e Estadual; nos quais milhares de Processos se arrastam, por anos, sem perspectiva de solução.

Adentrando à esfera do Código de Processo Civil, este introduziu no Sistema Jurídico a Mediação, de modo não vinculativo; ou seja, a Mediação é facultativa. Uma excepcionalidade, no entanto, são os litígios coletivos, envolvendo a posse de imóveis; em que a Mediação é obrigatória, conforme previsão do Artigo 565.

Se bem utilizada, a Mediação permite o reestabelecimento do diálogo entre as partes; quiçá, a boa relação, reduzindo a canalização de Processos ao Judiciário.

3 O CONCILIADOR E MEDIADOR

A instrução dos Profissionais, que atuarão na Conciliação e Mediação é de suma importância para a eficácia dos procedimentos. Com a publicação do CPC, de 2015; e, a Lei de Mediação, o CNJ atualizou a Resolução 125/2010, de modo a determinar a

criação de um Cadastro Nacional de Conciliadores e Mediadores Judiciais. A intenção é dar suporte a Tribunais, que não tenham o seu próprio Cadastro de Conciliadores e Mediadores; permitindo que as partes, assistidas por seus Advogados, escolham Mediadores e Conciliadores, por seu “Currículo”. Isso evidencia a importância da preparação desses Profissionais para a resolução de conflitos.

Para atuar como Mediador Judicial, é preciso ser graduado, há, pelo menos, dois anos (CNJ, 2020), em qualquer Área de Formação, conforme dispõe o Art. 11, da Lei n. 13.140, de 26 de junho de 2015 (Lei de Mediação). Essa exigência não se aplica ao Conciliador, que pode atuar, antes de concluir o Curso Superior; desde que tenha recebido a adequada capacitação.

Os interessados em atuarem na resolução de conflitos devem entrar em contato com o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC); ou, com os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs) dos Tribunais.

Os Cursos de Mediação e Conciliação são compostos de uma etapa teórica e uma outra prática.

Segundo Benedito Milioni (2003), o Conciliador e o Mediador necessitam de:

[...] compreensão, habilidades, atitudes e aptidões, que, quando integrados e utilizados, estrategicamente, permitem atingir com sucesso o que deles é esperado na condução do processo. Nesse sentido, estabelece-se que a competência na Mediação consiste na reunião do conhecimento da Técnica Autocompositiva; isto é, do saber com a habilidade; isto é, o saber fazer e a atitude; ou seja, o querer fazer.

Nesse contexto, um Mediador e um Conciliador competente pode ser definido, como aqueles que conseguem desenvolver habilidades na aplicação de uma teoria autocompositiva, com postura e atitudes adequadas. Progressivamente, por meio de supervisões e avaliações de Usuários, o Mediador e o Conciliador se desenvolverão, na medida em que, efetivamente, estiverem buscando uma contínua melhoria.

No mesmo norte, expõe o Magistrado Guidi (2020):

O Conciliador tem uma função importante na condução da Audiência; posto que deverá aplicar técnicas autocompositivas, para facilitar os diálogos entre as partes e auxiliar na busca de soluções aos interesses propostos. É importante a capacitação dos Conciliadores, nos moldes da Resolução 125/2010 do CNJ, para que utilize as técnicas, de forma correta; bem como, para que não haja a imposição de sua vontade à das partes. O Conciliador precisa ter experiência de vida e sensibilidade para atuar, de

forma eficaz; sentindo os pontos que merecem uma abordagem mais aprofundada e outros que devem ser rechaçados, para evitarem ampliação do litígio.

Utilizar técnicas persuasivas; mas, não coercitivas, para se alcançarem soluções; demorar, suficientemente, para que os interessados compreendam que o Conciliador/Mediador se importa com o caso e a solução encontrada; humanizar o processo de resolução de disputas; preservar a intimidade dos interessados, sempre que possível; fazer com que as partes se sintam ouvidas; sempre lembrando que a imparcialidade é regra fundamental, para atuar na resolução de conflitos; e, utilizar-se de técnicas multidisciplinares permitem que esses Profissionais encontrem soluções satisfatórias, no menor prazo possível.

Isso porque, quando as partes sentem que seus sentimentos e emoções foram bem recebidos e compreendidos, pelo Conciliador ou Mediador, as pessoas tendem a confiar neles e melhor contribuir. Os efeitos de uma boa relação de confiança promovem uma melhor eficiência do processo, no sentido de que facilitam a obtenção de informações e tornam a atuação do Pacificador, muito mais, simples.

Já, dizia o Albert Einstein, “Se você não consegue explicar algo, de modo simples, é porque não entendeu bem a coisa.” Desse modo, as palavras utilizadas devem caracterizar o Profissional, como uma figura acessível e próxima das partes. Nesse sentido, expressões mais complexas e jargões devem ser evitados. Palavras mal escolhidas podem conotar autoridade ou arrogância; afastando as partes do processo e dificultando o trabalho do Atuante.

A confidencialidade das informações, dentro do Processo de Conciliação e Mediação, é um outro fator, que influencia a construção de uma relação de confiança das partes com o Mediador; de modo que as partes se sentem muito mais à vontade, para revelar informações importantes acerca da controvérsia. Notadamente, é importante definir para as partes quais informações o Profissional, por ética, será obrigado a revelar; como, por exemplo, crimes cometidos, durante a própria Mediação; condutas que atentem contra a vida; entre outras práticas, definidas como ilegais. Isso, a fim de não descredenciar a instituição da Conciliação/Mediação; nem surpreender os envolvidos, a fim de coibir conclusões precipitadas, por futuros Usuários.

Assim, é de suma importância a preparação eficiente desses Profissionais, de modo que, sendo bem utilizada e instruída, a ferramenta da Conciliação e da Mediação podem provocar mudanças mais produtivas ao processo; e, principalmente, para as

partes; do que uma intervenção mais diretiva de uma decisão judicial, por exemplo. Desse modo, umas das chaves para se combater a morosidade, que assola o Judiciário, é tratar o problema, com mais humanidade e menos tecnicidade; de forma que, tratando o problema em sua fonte, não só soluciona a questão, trazida à baila do Fórum; mas, também, coíbe futuros conflitos.

3.1 O MAGISTRADO E A AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Não atingida a composição, na fase inicial do Processo, o Magistrado, dentro dos parâmetros permissivos legais, tem o poder-dever de, antes de iniciar a Instrução, ou, a qualquer tempo, tentar conciliar os Litigantes (Art. 139, V e 359 do CPC).

Não deve causar espanto a afirmação de que o Juiz deve cooperar. O mandamento do Art. 6º, do CPC, é dirigido a ele; além dos outros participantes do Processo, conforme se depreende da lição, dita pelo Juiz de Direito Dr. Herrmann Emmel Schwartz (2020).

O papel do Juiz é de grande importância para o crescimento e desenvolvimento dos métodos alternativos de solução de conflitos. Cabe ao Juiz, em conjunto com a Equipe, instar as partes à busca pela solução consensual, que, de acordo com a realidade atual, tem trazido resultados mais céleres e eficazes. Nas Audiências, inclusive naquelas que envolvem casos mais complexos, é sempre interessante ao Juiz propor, primeiramente, a solução conciliatória; apontando os benefícios respectivos. Cabe, também, orientar os Conciliadores e Mediadores e instigá-los a se desenvolver, cada vez mais; buscando crescimento e formação constante, com o estudo de técnicas para o desempenho de tão importante função. O Juiz, também, pode buscar junto à Equipe a realização de mutirões, com preparação e estruturação adequada, para o alcance de grande número de acordos. Assim, verifica-se a grande relevância do papel do Magistrado.

Em segundo lugar, em relação à condução da Conciliação, diretamente, pelo Juiz, o qual, possivelmente, irá prolatar a decisão, há que se fazerem certas ressalvas; visto que a atividade conciliatória exige um envolvimento mais aprofundado com as partes e seus interesses. Já, a de julgar exige um grau elevado de imparcialidade. Dessa forma, deve o Magistrado tentar a autocomposição; contudo, de forma mais superficial, limitando-se a confirmar a impossibilidade de acordo; evitando-se, dessa forma, um pré-julgamento da causa e a consequente quebra da imparcialidade.

O Juiz tem o dever-poder de tentar conciliar; alertando as partes sobre as suas manifestações infundadas; demonstrando as vantagens da solução consensual, de

modo que elas possam antever as possibilidades de sucesso e de fracasso de suas pretensões; sem que isso comprometa a sua imparcialidade. Do mesmo modo, expõe Luzia Valetim de Salles (2020):

Infelizmente, já fui coagida, por um Magistrado, numa Audiência de Conciliação/Mediação. O Juiz Conciliador não poderá, de forma alguma, emitir juízo de valor, pressionar as partes, dar a entender que está julgando a lide. Caso o Juiz Conciliador intimide o Advogado ou as partes, o risco de injustiça poderá ser maior; pois, na Conciliação, os envolvidos, com a ajuda dos seus Patronos, definem a solução para o problema discutido. Assim, todos saem vitoriosos. [...] Entendo que os Juízes Conciliadores não deverão intimidar as partes, em nenhum momento. Do mesmo modo, não poderão demonstrar imparcialidade e deverão tratar as partes, com respeito e elegância. Referidos Juízes não poderão se posicionar diante do conflito, como se estivessem julgando a lide. O momento da Conciliação é para trazer aos Demandantes a tranquilidade e a solução do conflito.

As partes, quando buscam auxílio do Estado, para a solução de seus conflitos, frequentemente, têm o conflito acentuado, ante os procedimentos, os quais acabam sendo ineficientes, na medida em que enfraquecem os relacionamentos sociais preexistentes entre as partes em conflito. Exemplificativamente, quando um Juiz de Direito sentencia, determinando com quem ficará a guarda de um filho ou os valores a serem pagos a título de alimentos, põe fim, para fins do Direito Positivado, a um determinado litígio. Todavia, além de não resolver a relação conflituosa, muitas vezes, acirra o próprio conflito; criando novas dificuldades para os Pais e para os Filhos. No mesmo norte, disciplina José Alexandre Marson Guidi (2020) a respeito da Conciliação, em detrimento da sentença:

Como Magistrado, verifico que, quando há a elaboração do acordo, ambas as partes saem satisfeitas e evita-se a interposição de outras demandas futuras. Muitas vezes, uma sentença, impondo uma resolução da demanda, desagrade uma das partes; ou, até mesmo as duas. A Conciliação consegue resolver a lide social e instalar a paz e a harmonia entre as partes. Lembro-me de um caso concreto em que Irmãos ficaram brigados e sem conversarem, durante mais de uma década; e, após uma sessão de Conciliação, resolveram todos os problemas sucessórios existentes e voltaram a conversar e a conviver, como uma família.

Não se pode esquecer da representatividade de um Magistrado; que, muitas vezes, acaba, mesmo que indiretamente, deixando as partes desconfortáveis; ou, até mesmo, pressionando um acordo. É patente a necessidade de se combater esse tipo de conduta; vez que vai na contramão aos ditames lecionados pela Conciliação.

3.2 IMPORTÂNCIA DO ADVOGADO COMO ELEMENTO ATIVO NO COMBATE AO CONFLITO POR MEIO DA CONCILIAÇÃO E DA MEDIAÇÃO

O papel do Advogado é de suma importância e está disciplinado, na Constituição Federal Brasileira (Art. 133). Seja na Conciliação ou na Mediação, a figura do Advogado se mostra indispensável para a resolução de conflitos. A presença do Advogado, tanto na Audiência de Conciliação ou Mediação, é imprescindível, de modo a garantir o conhecimento sobre as implicações jurídicas, de qualquer acordo, a ser celebrado na Audiência; bem como, as consequências de não fazê-lo; estando disposto no § 9º do Artigo 334.

O Advogado, além de ser indispensável à administração da Justiça, exerce função social; detém capacidade postulatória; defende os interesses das partes, em Juízo ou fora dele; e, presta assessoria e consultoria. Entretanto, a habilidade que, atualmente, mostra-se mais importante é a utilização de técnicas, no sentido de solucionar conflitos, antes que eles cheguem aos Tribunais. A Advogada Dr^a. Luzia Valetim de Salles (2020) expõe que:

O Advogado é a “peça chave” para a realização de acordos. Caso o Profissional fomente discórdia entre as partes, a demanda se tornará, ainda, mais difícil de ser resolvida; e, o Processo Judicial poderá perdurar, por longos anos. O que trará transtornos de toda monta ao seu Cliente. Por muitas vezes, percebi que o conflito existente não foi resolvido em Audiência de Conciliação, por culpa única e exclusiva do Patrono. Percebi que as partes gostariam de realizar o pacto; mas, o Advogado, que os acompanhava, de forma equivocada (para não dizer errônea), não permitia que seus Clientes realizassem o acordo proposto. Possivelmente, toda regra tem exceção. O motivo foi justificar seus honorários; o que, para mim, não é o mais importante.

Regra geral: O Advogado não possui a cultura da Conciliação e da Mediação dos interesses, que estão sob seu patrocínio. Isso se deve, em grande parte, à formação acadêmica, pois os Cursos de Direito, em sua Matriz Curricular, não abordam, com raras exceções, temas voltados à resolução de conflitos; tais, como, a Negociação, a Mediação, a Conciliação e a Arbitragem.

Tradicionalmente, o Ensino Jurídico está mais voltado a um estudo dirigido para a formação do Advogado; culturalmente, dirigido ao combate, à construção de teses jurídicas, ao litígio, à busca de decisão judicial vitoriosa; mais do que a composição. Do mesmo modo, dispõe o Dr. José Alexandre Marson Guidi (2020):

Observo que a maioria dos Advogados, ainda, é litigante, em razão de sua formação nas Faculdades e pelo desconhecimento da eficácia das Conciliações e Mediações. Observe quantas horas-aulas são gastas com os ensinamentos de litígio (peticionar, recorrer; etc.); e, quantas divulgam os métodos e as técnicas conciliatórias. No entanto, verifico que os Advogados, que têm acesso às sessões bem feitas de Conciliação e Mediação, observam a rapidez de solução e o bem que faz para as partes; passam a se interessarem mais por esses métodos. Atualmente, a Conciliação pode ser uma ótima ferramenta para os Operadores do Direito; posto que resolvem os conflitos, de forma célere e eficaz; evitando-se a longa demora dos Processos Judiciais, a qual desgasta mais os envolvidos. [...] O Advogado tem um papel importante, também, no sucesso da Conciliação; posto que seu Cliente confia em suas opiniões e sentirá maior confiança, caso o Advogado explique melhor a situação e as vantagens do acordo.

O Magistrado Herrmann Emmel Schwartz (2020), por sua vez, explana que:

Há um crescimento no número de Profissionais, que têm concluído, que um acordo é mais eficaz do que uma demanda, que se alastra, ao longo do tempo; e, às vezes, não gera o resultado, que o Postulante reputa mais adequado à sua situação. Cumpre ao Advogado orientar o seu Constituinte; indicando os benefícios de uma solução consensual; sobretudo com os ganhos e a redução de prejuízos. Há uma necessidade premente de abandono à postura de beligerância, para dar lugar a tratativas, destinadas à solução amistosa, com participação direta das partes. No âmbito geral, constata-se que os Advogados têm, igualmente, papel essencial; e, também, têm dado grande contribuição para o avanço dos métodos alternativos de solução de conflitos. A adesão tem sido da grande maioria dos Advogados. Não se ignora, contudo, que o crescimento é gradativo; até porque, durante muito tempo, difundiu-se a ideia de que o melhor Advogado era aquele que tomava as dores e que brigava em Audiência; tendo um espírito combativo. Era considerado um sinal indicativo de que o Profissional estaria defendendo, com unhas e dentes, o Cliente; e, não abrindo mão de nada sequer. Todavia, essa postura não tem se mostrado como a melhor solução. As estatísticas apontam para tal quadro. O estado de beligerância acaba por criar uma situação desconfortável; e, em grande parte das vezes, faz com que as demandas, inclusive aquelas de pouca complexidade, perdurem, por vários anos, no Judiciário. E, com isso, os prejuízos aumentam.

A busca da paz social é dever ético do Advogado, expresso em mandamento normativo do Código de Ética. É o que estampa o Artigo 2º. Parágrafo Único, VI do referido Estatuto: “Estimular a conciliação entre os Litigantes; prevenindo, sempre que possível, a instauração de litígios.”

Um dos deveres do Advogado é o de estimular a conciliação das partes; prevenindo litígios. O Código de Ética e Disciplina da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil - impõe ao Advogado a tomada de uma postura ativa e propositiva (estimular), a qual não se confunde com, apenas, esperar ou querer que a parte contrária ofereça alguma coisa.

Os Operadores do Direito têm, na maioria das vezes, deixado de lado esses mandamentos. Muitas vezes, assoberbados pelo volume de trabalho; e, pressionados pelos ponteiros do relógio, eles não dedicam o tempo necessário e indispensável para conhecer e entender as divergências das partes. Se não sabem a fundo o porquê e sobre o que os Litigantes controvertem, não podem, de fato, estimular, nem tentar a conciliação.

No mesmo norte, o papel do Advogado se mostra, novamente, fundamental nesse tipo de procedimento; pois, uma vez que a Conciliação ou a Mediação não tenham o fim esperado, qual seja a resolução do conflito, o Advogado, tendo acompanhado toda a tentativa de resolução do conflito, já é capaz de identificar os interesses em jogo; podendo, facilmente, indicar qual o será o tipo de pleito adequado ao seu Cliente; e, quais as possíveis consequências desse pleito.

Ademais, o estímulo à conciliação não é, apenas, juridicamente, interessante; mas, também, rentável. O Advogado, ao negociar o preço da prestação de serviço, deve empenhar-se em solucionar, de forma breve, o conflito; ainda, na fase Pré-processual; desde que, legalmente, possível; evitando a extensão do Processo e a diminuição de sua atuação; uma vez que não necessitará da apresentação de peças; tampouco, precisará comparecer a vários atos, que um Processo, normalmente, demanda.

O Profissional da Advocacia deve fomentar a ideia de que as partes precisam buscar solucionar seus conflitos, da forma mais breve possível; evitando o desgaste emocional e financeiro, inerentes a um Processo. Dessa forma, estará sendo, também, instrumento de Justiça; contribuindo, com a celeridade; e, deixando espaço para lides, que demandem, de fato, um maior tempo de maturação.

O Advogado, focado em atuar em litígios, combativo e confrontador, precisará se moldar à nova temática, estimulada pelo CPC. É tempo de superar a tese de que o Cliente busca um Profissional Litigante que, se necessário, entre em confronto com a outra parte.

Além de postular ações, em Juízo; e, defender seus Clientes, em lides, o papel do Advogado é, também, viabilizar que eventuais conflitos não sejam levados à apreciação do Poder Judiciário; buscando apresentar soluções céleres às demandas, que lhe são confiadas; colocando em prática todos os meios conciliatórios de que dispõe; e, contribuindo para desafogar os Tribunais sobre o número de Processos existentes; diminuindo-os e tornando a Justiça mais eficaz e célere.

O Advogado que, com firmeza e dedicação, demonstra ao seu Cliente que a postura litigante, por ele adotada, leva as partes à perpetuação de um litígio, que nem ele próprio deseja, é o Profissional almejado.

4 CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO EM NÚMEROS (OS DADOS DO CNJ, E DADOS DA COMARCA DE IBIÁ DE COMO O CEJUSC AJUDOU A REDUZIR O ACERVO DE PROCESSOS)

4.1 DADOS DA SEMANA DE CONCILIAÇÃO EM 2018 e 2019 EM CENÁRIO NACIONAL

Os dados, a seguir expostos, tratam sobre os Mutirões de Conciliação, coordenados pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ -, realizados nos dias 04/11/2019 a 08/11/2019. As informações foram retiradas do Sistema de Estatística e é de responsabilidade de cada Tribunal, parceiro do Movimento pela Conciliação.

A apresentação dos dados, a seguir, visa a demonstrar a contribuição da Conciliação e da Mediação, no sentido de se combater a morosidade processual; de modo que o conflito é sanado, pelas próprias partes; e, o acervo do Judiciário é, drasticamente, reduzido.

Participaram da Semana de Conciliação, considerando os dados estatísticos, todos os Tribunais Regionais Federais, Tribunais Regionais do Trabalho e os Tribunais de Justiça; totalizando 56.



SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO - 2018 - 05/11/2018 a 09/11/2018




Atendimento à população							
Indicadores			Força de Trabalho (Média Diária)				
Tribunais	Pessoas atendidas	Eventos paralelos	Magistrados	Juizes leigos	conciliadores	colaboradores	
55	2.984.455	0	3.818	317	6.104	6.107	
Resultados Gerais							
Justiça	Audiências marcadas	Audiências Realizadas	% Realizado	Acordos efetuados	% Efetuado	R\$ Homologados	R\$ (INSS + IR)
CONSTITUCIONAL	0	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00
ESTADUAL	318.192	539.204	169,46	686.890	127,39	869.595.172,50	0,00
FEDERAL	17.787	9.636	54,17	7.466	77,48	73.248.234,11	0,00
TRABALHISTA	58.556	55.015	93,95	19.922	36,21	584.371.292,88	0,00
TOTAL	394.535	603.855	153,05	714.278	118,29	1.527.214.699,49	0,00
Acompanhamento Diário							
Data	Audiências marcadas	Audiências Realizadas	% Realizado	Acordos efetuados	% Efetuado	R\$ Homologados	R\$ (INSS + IR)
	0	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00
05/11/2018	71.973	57.550	79,96	592.248	1.029,10	469.969.729,83	0,00
06/11/2018	76.404	355.259	464,97	38.292	10,78	205.734.227,72	0,00
07/11/2018	83.373	64.819	77,75	29.044	44,81	347.686.033,01	0,00
08/11/2018	83.063	58.989	71,02	26.523	44,96	277.577.437,21	0,00
09/11/2018	79.722	67.238	84,34	28.171	41,90	226.247.271,72	0,00
TOTAL	394.535	603.855	153,05	714.278	118,29	1.527.214.699,49	0,00


FONTE: CNJ, JUSTIÇA EM NÚMEROS

Analizando os dados de 2018, verifica-se um total de 394.535 Audiências marcadas; sendo que, 714.278 foram frutíferas, conforme se observa na tabela supra apresentada. Com o grande número de homologações de acordos, gerou-se uma arrecadação de 1.527.214.699,49 aos cofres dos Tribunais.

Verifica-se que a Justiça Estadual obteve maior números de acordos; precedida, respectivamente, pela Justiça do Trabalho e pela Justiça Federal.



SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO - 2019 - 04/11/2019 a 08/11/2019

Brasília 18/02/2020

 CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Atendimento à população							
Indicadores			Força de Trabalho (Média Diária)				
Tribunais	Pessoas atendidas	Eventos paralelos	Magistrados	Juizes leigos	conciliadores	colaboradores	
56	813.299	0	4.095	406	6.489	5.972	

Resultados Gerais							
Justiça	Audiências marcadas	Audiências Realizadas	% Realizado	Acordos efetuados	% Efetuado	R\$ Homologados	R\$ (INSS + IR)
ESTADUAL	342.617	256.458	74.85	122.593	47.80	850.181.672,87	0,00
FEDERAL	27.840	14.844	53.32	5.712	38.48	148.087.626,76	0,00
TRABALHISTA	53.751	49.793	92.64	19.781	39.73	995.090.729,81	0,00
TOTAL	424.208	321.095	75.69	148.086	46.12	1.993.360.029,44	0,00

Acompanhamento Diário							
Data	Audiências marcadas	Audiências Realizadas	% Realizado	Acordos efetuados	% Efetuado	R\$ Homologados	R\$ (INSS + IR)
	2	2	100.00	0	0.00	210.002,00	0,00
04/11/2019	79.130	57.403	72.54	20.460	35.64	193.820.921,33	0,00
05/11/2019	84.900	62.982	74.18	24.849	39.45	370.862.413,23	0,00
06/11/2019	85.722	63.890	74.53	26.497	41.47	610.191.676,48	0,00
07/11/2019	85.616	64.756	75.64	29.440	45.46	254.740.760,88	0,00
08/11/2019	88.838	72.062	81.12	46.840	65.00	563.534.255,52	0,00
TOTAL	424.208	321.095	75.69	148.086	46.12	1.993.360.029,44	0,00

FONTE: CNJ, JUSTIÇA EM NÚMEROS

Já, em 2019, percebe-se um aumento significativo no número de designações de Audiências; totalizando 424.208. No entanto, diferentemente, de 2018, foram homologados 148.086 acordos. No entanto, curiosamente, em que pese a redução de Audiências realizadas e a natural queda no número de acordos homologados, a arrecadação subiu de R\$ 1.527.214.699,49 para R\$ 1.993.360.029,44, em 2019.

No mesmo norte, a Justiça Estadual segue liderando, com o maior número de acordos; seguida pela Justiça do Trabalho e pela Justiça Federal, respectivamente.

4.2 DADOS DAS CONCILIAÇÕES DO CEJUSC COMARCA DE IBIÁ-MG

Inaugurado em 28/02/2018, o CEJUSC – Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - de Ibiá-MG teve, inicialmente, como Coordenador, o, então, Juiz de Direito, Dr. José Alexandre Marson Guidi, um grande Conciliador, que, sempre, prezou pela resolução do conflito entre as partes. Os Conciliadores voluntários da

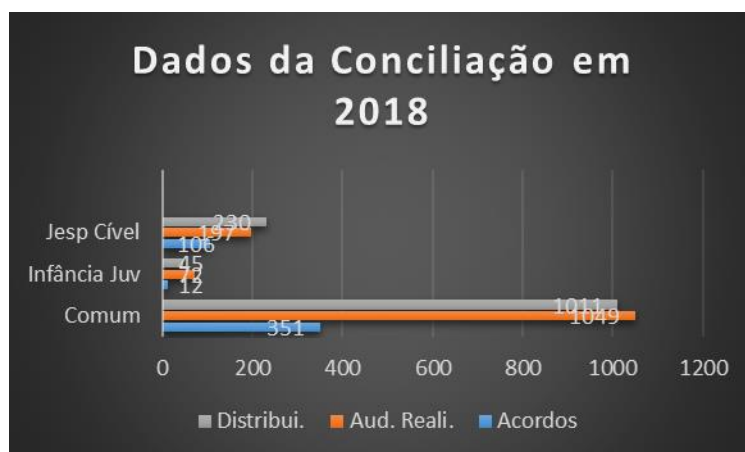
Comarca de Ibiá têm atuado, por mais de dois anos, no CEJUSC; realizando, inclusive, Cursos de Capacitação em Conciliação, pela Escola Desembargador Edésio Fernandes.

Por ser uma Comarca que esteve, há tempos, sem um Juiz fixo, Ibiá acumulou um acervo de mais de 8.000 Processos; que, com a estipulação de metas pelo CNJ, a dedicação do Magistrado, o treinamento da Equipe, a disposição dos Servidores e dos Estagiários, em 2019, Ibiá liderou o *ranking*, como a Comarca mais produtiva de Minas Gerais. Nesse cenário, o CEJUSC e as Conciliações, de modo geral, foram determinantes para a eficácia dos resultados.

Conforme dito alhures, o CNJ buscou a implantação de metas para a dirimição das Ações, que estavam pendentes, há longos anos. Essas metas foram eficazes para a diminuição do acervo litigioso; mas, ainda, assim, perseverou um crítico panorama judicial. Nesse cenário, a Conciliação e a Mediação vêm contribuindo, não apenas, para a redução do conjunto de Processos; mas, sobretudo, para a qualidade da resolução dos conflitos entre as partes; contribuindo, assim, para a prevenção do surgimento de novos litígios.

Vale ressaltar que a Conciliação, aqui, exposta trata, não apenas, da Audiência, prevista no CPC; mas, de forma mais abrangente, seja Extrajudicial, por Petição ou realizada em Audiência de Instrução e Julgamento, de modo que abarca toda a autocomposição homologada, nesse Juízo.

Para a pesquisa, foram utilizados dados disponíveis no Sistema de Informatização dos Serviços das Comarcas (SISCOM) da Comarca de Ibiá-MG; sendo recolhidos dados, apenas, do Juizado Especial Cível, Infância e Juventude e Justiça Comum.



FONTE: SISCOM/IBIÁ, 2020.

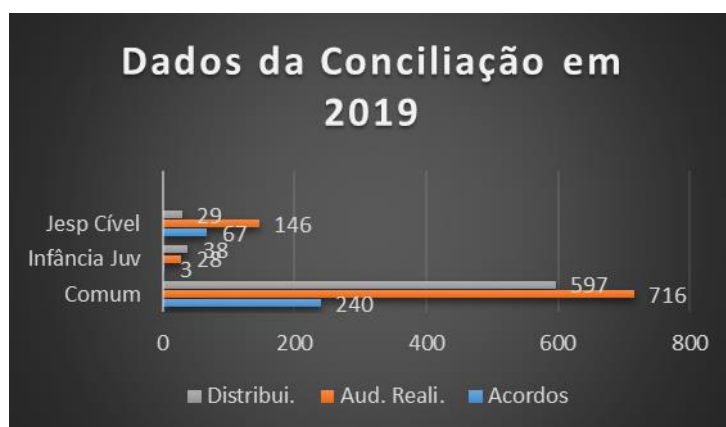
Em 2018, foram distribuídas 1286 Ações; sendo que destas, 469 resultaram em Acordo Judiciais; totalizando uma baixa de 36% do acervo.

No mesmo norte, a Conciliação Pré-processual e Processual ganhou grande espaço na Comarca. Advogados são estimulados, antes de propor a demanda, atentarem a composição extrajudicial.

Do mesmo modo, aqueles que recorrem ao Juizado Especial são instruídos a antes de adentrarem com uma demanda, tentarem uma Conciliação Extrajudicial. Para tanto, são designados o dia e a hora para a realização da sessão, no Centro Judiciário de Conflito da Comarca de Ibiá.

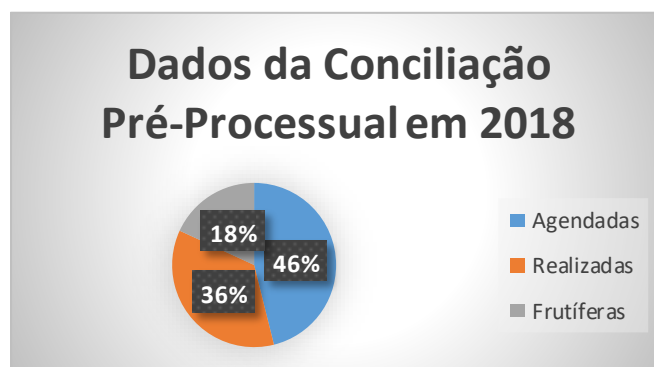
Já, em 2019, a distribuição, na Comarca, foi de 664 Processos; sendo que 310 resultaram em acordo. O número de acordos representa uma redução de 46%, no Acervo Judicial.

Vale ressaltar que isso significa que foram poupadas novas Intimações, apresentação de Peças, comparecimento a Audiências, Sentenças; e, notadamente, diminuiu a quantidade de trabalho dos Servidores, que puderam trabalhar, de forma mais produtiva, com a consequente baixa do Acervo.

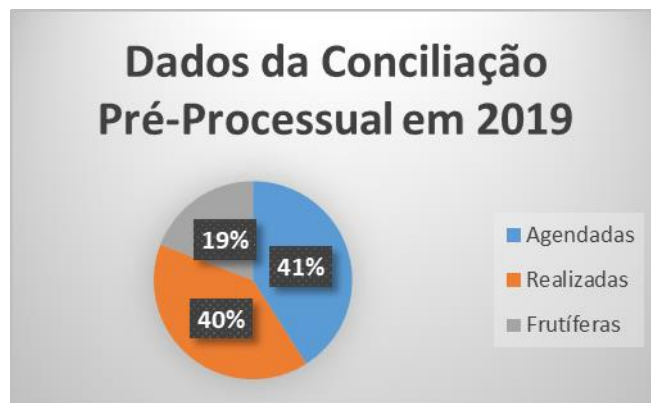


FONTE: SISCOM/IBIÁ, 2020.

Abaixo, estão os dados dos anos de 2018 e 2019 sobre a Conciliação Pré-processual:



FONTE: SISCOM/IBIÁ, 2020.

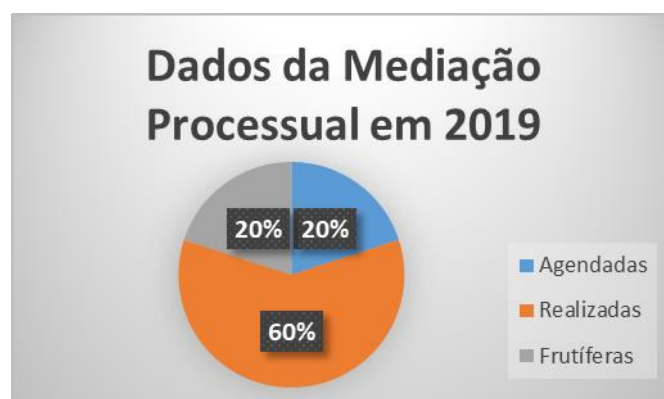


FONTE: SISCOM/IBIÁ, 2020.

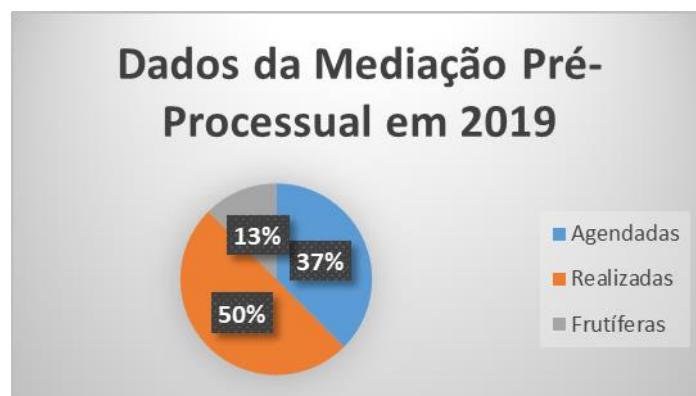
Em 2018, isso implicou na Resolução Extrajudicial em 18% das Ações, que seriam distribuídas.

Em 2019, esse número de Resoluções Extrajudiciais cresceu para 19%.

Em razão da ausência de Profissionais de Mediação, tal Mediação só começou a ganhar espaço, na Comarca, no ano de 2019.



FONTE: SISCOM/IBIÁ, 2020.



Em 2019, dos Processos, separados para a Mediação Pré-processual, 40% foram realizadas; sendo que 18% restaram frutíferas.

No segmento processual dos Processos, separados para realização de Mediação, ocorreu a sessão em 49%; tendo 21% restado frutíferos. Vale ressaltar, que se tratavam de Processos, demasiadamente, complexos; com disputas judiciais, que se arrastavam na Justiça, desde a década passada; o que evidencia a eficiência desse Instituto.

Do exposto, podemos observar, claramente, que são necessárias as ferramentas adequadas para a resolução de conflitos extrajudiciais; as quais devem ser exploradas e aperfeiçoadas o quanto antes; pois, serão com elas que a população alcançará a Jurisdição pretendida, de forma mais eficiente.

Pelos dados estatísticos, ora apresentados, não nos restam dúvidas de que a Conciliação surge, como um eficaz contraponto à Jurisdição Conflitiva. Revela-se, ainda, como um meio capaz de resgatar a confiança, quanto à eficiência do Poder Judiciário, por vezes, desacreditado, por uma sociedade que assiste, passiva, a delongas processuais infundáveis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Torna-se claro que o conflito, em muitos casos, não pode ser resolvido, por abstrata aplicação da Técnica de Conciliação. Ao examinar quais fatos se encontram presentes para, em seguida, indicar o direito aplicável à espécie, o Operador do Direito não pode mais deixar de fora o componente fundamental ao conflito e a sua consequente resolução: O Ser Humano.

O conflito possui caráter polissêmico e interdisciplinar; o qual transcende o âmbito jurídico; razão pela qual deve ser analisado, sob os mais distintos enfoques.

Com a evolução social e o aumento populacional, os conflitos sociais tendem a se proliferarem, cada vez mais; intensificando a procura pelo Judiciário, para a solução desses conflitos; haja vista que a Cultura Jurídica Brasileira é marcada pela litigância, em primeiro plano.

Nesse cenário, surgem os meios alternativos de resolução de conflitos, de forma complementar à prestação jurisdicional estatal; sem, todavia, pretender substituí-la; de

modo que não, apenas, apazigua os envolvidos; como, também, restabelece o diálogo; previne futuras demandas; e, de quebra, contribui para a diminuição de Processos; combatendo a morosidade, que assola o Judiciário.

Por fim, sabemos que há muito a se fazer; e, trabalhar pela divulgação da Conciliação e da Mediação, no Brasil, talvez, seja uma prioridade. Todavia, já é possível colher os seus primeiros frutos.

A Justiça que concilia, jamais pode ser tratada como uma “Justiça Menor”. Ao contrário, a cada Audiência de Conciliação bem sucedida, não temos, apenas, um Processo a menos, em Cartório; mas, sim, a certeza de que aquelas partes tiveram, de fato, seus problemas (jurídicos e emocionais) resolvidos.

A Justiça, enfim, cumpre, de maneira, eficaz e eficiente o seu principal papel.

THE CONTRIBUTION OF THE CONCILIATION AND MEDIATION TO THE REDUCTION OF THE NATIONAL PTOCESSUAL ACQUIS AND IN THE COMMARCH OF IBIÁ - MG

ABSTRACT

This work aims to encourage the use of alternative methods of conflict, in particular, Conciliation and Mediation; and, to demonstrate, through data, its impact on the reduction of the National Procedural Collection; and, also, in the region of Ibiá-MG. This Study also intended to highlight the innumerable contributions that this practice can bring to the Litigating Citizen, to the Law Operators, to the Members and Officials of the Judiciary and to the Community; as it quickly satisfies the interests of the parties; reducing the procedural volume of notaries; and, revealing itself, as an efficient measure to fight delays.

Keywords: Conciliation; Mediation; Access to Justice; Agreement.

REFERENCIAS

ADAM. **Sobre o Princípio da Confidencialidade na Conciliação e na Mediação.** Disponível em: <<http://www.adambrasil.com/sobre-o-principio-da-confidencialidade-na-mediacao-e-na-conciliacao/>>. Acesso em 01 jun. 2020.

ALVES, Rafael Oliveira Carvalho. **Conciliação e Acesso à Justiça.** Webartigos. Feira de Santana – BA, 20 nov. 2008. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/conciliacao-e-acesso-a-justica/11585>. Acesso em 08 jun. 2020.

BRASIL, **Código Civil**. Lei 10.406. Diário Oficial da União, Brasília 10 de jan. 2002. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em 30 de Mar. 2020.

BRASIL, **Constituição Política do Império do Brasil**, 25 de março de 1824, fls. 17 do Liv. 4º de Leis, Alvarás e Cartas Imperiais. Rio de Janeiro em 22 de abril de 1824. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em 08 jun. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 05 out. 1988. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 30 de março de 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.099**, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 27 set. 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19099.htm>. Acesso em: 30 março de 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.867** de 26 ago. 2019. Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, para possibilitar a opção pela Mediação ou pela via arbitral para a definição dos valores de indenização nas desapropriações por utilidade pública, nas condições que especifica. Brasília-DF, 26 ago. 2019. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13867.htm>. Acesso em 13 de maio de 2020.

BACELLAR, Roberto Portugal. **Juizados Especiais e a Nova Mediação Processual**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, página 192.

CALMON, Petronio. **Fundamentos da Mediação e Conciliação** – 2.ed. Brasília-DF: Gazeta Jurídica, 2013.

CANNON, Walter. **Mudanças Corporais na Dor, Fome, Medo e Raiva**. **Nova York:1915**.

CAPPELLETTI, Mauro. GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Tradução por Ellenm Gracie Northfleet. **Porto Alegre: 1988**.

CARMONA, Carlos Alberto. **Arbitragem e Processo**: Comentário à Lei nº 9.307/96. 3. Ed. São Paulo: Atlas S.A., 2009.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria Geral do Processo**. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Justiça em Números 2019**. Disponível em:<<https://www.cnj.jus.br/wpcontent/uploads/conteudo/arquivo/2019/08/8ee6903750bb4361b5d0d1932ec6632e.pdf>>. Acesso em 27 de maio de 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Conciliação e Mediação**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/conciliacao-mediacao>>. Acesso em: 14 de jun. 2015.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Quero Ser um Conciliador/Mediador**. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/conciliacao-e-mediacao/quero-ser-um-conciliador-mediador/>>. Acesso em 14 maio. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resultados das Edições da Semana MIRANDA, Isaac. **Uma Introdução à Audiência Preliminar no Juizado Especial Criminal** (Lei 9.099/95). Jus.com.br. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/72377/uma-introducao-a-audiencia-preliminar-no-juizado-especial-criminal-lei-n-9-099-95#:~:text=O%20juizado%20especial%20criminal%20%C3%A9,o%20encaminhar%C3%A1%20imediatamente%20ao%20Juizado%E2%80%9D>>. Acesso em 01 jun. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Manual da Mediação**. Disponível em: <<http://www.ead.tjmg.jus.br/campus1/course/view.php?id=93>>. Acesso em 03 de jan. 2020.

COSTA, Jessé Almeida da.; FÉLIX, Wellington de Oliveira; ALMEIDA, Ricardo Batista. **A Conciliação nos Juizados Especiais Cíveis Estaduais e o Atual Cenário Jurídico Brasileiro**. Jus.com.br. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/62535/a-conciliacao-nos-juizados-especiais-civeis-estaduais-e-o-atual-cenario-juridico-brasileiro>>. Acesso em 01 jun. 2020.

DEUTSCH, Morton. *The Resolution of Conflict: Constructive and Destructive Processes*. New Haven: Yale University Press, 1973. Encontrado em AZEVEDO, André Gomma de. **Estudos em Arbitragem, Mediação e Negociação**. Brasília: Ed. Grupos de Pesquisa, 2004. v. 3. Páginas 238, 351, 360.

DINIZ, Felipe Figueiredo. **O Dever do Advogado de Estimular a Conciliação e a Mediação entre os Litigantes no Novo CPC**. Disponível em: <https://www.abdadvogados.com.br/artigos/O_DEVER_DO_ADVOGADO_DE_ESTIMULAR_A_CONCILIACAO_E_MEDIACAO_ENTRE_OS_LITIGANTES_NO_NOVO_CPC.pdf>. Acesso em 19 maio. 2020.

GARCIA, Ana Paula. **Direitos Indisponíveis e o Código de Processo Civil**. JusBrasil. Disponível em: <<https://anapaulagarcias.jusbrasil.com.br/artigos/558517510/direitos-indisponiveis-e-o-codigo-de-processo-civil>>. Acesso em 28 de abr. de 2020.

GUIDI, José Alexandre Marson Guidi. Ibiá, 25 maio 2020. (A Entrevista foi concedida via e-mail e se encontra apensa a essa Monografia.)

LEITE, Gisele. **Audiência Online ou Negativa Tecnológica de Acesso à Justiça**. Jornal Jurid. Disponível em: <<https://www.jornaljurid.com.br/colunas/gisele-leite/audiencia-online-ou-negativa-tecnologica-de-acesso-a-justica>>. Acesso em 13 maio 2020.

MILIONI, Benedito. **Dicionário de Termos de Recursos Humanos**. São Paulo: ED. Central de Negócios, 2003.

MORAIS, Jose Luis Bolzan de. **Crise(s) da Jurisdição e Acesso à Justiça**: Uma questão recorrente. Estudos sobre Mediação e Arbitragem. Rio-São Paulo-Fortaleza: ABC, 2003.

NERY JUNIOR, Nelson; ANDRADE NERY, Rosa Maria de. **Comentários ao Código de Processo Civil**: Novo CPC. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 584.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito Processual Civil**. Volume único. 8ª edição. Salvador: Editora Jus Podium, 2016. p.573.

PASSOS, José Joaquim Calmon de. **Comentários ao Código de Processo Civil**. Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, vol. III: arts.270 a 331. Rio de Janeiro: Forense, 2005, p. 408-409.

RODRIGUES, Costa Thalles. **O Que é e Como Funciona a Audiência de Conciliação Trabalhista**. Blog do Aurum. Disponível em: <<https://www.aurum.com.br/blog/audiencia-de-conciliacao-trabalhista/>>. Acesso em 30 de março de 2020.

SALLES, Luzia Valetim. Ibiá, 26 maio 2020. (A Entrevista foi concedida via e-mail e se encontra apenas a essa Monografia.)

SCARPINELLA BUENO, Cassio. **Novo Código de Processo Civil Anotado**. 3ª edição. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 68.

SCHWARTZ, Herrmann Emmel. Ibiá, 26 de maio. 2020. (A Entrevista foi concedida via e-mail e se encontra apenas a essa Monografia.)

Semana Nacional de Conciliação. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/conciliacao-e-mediacao/semana-nacional-de-conciliacao/resultados-semana-conciliacao/>>. Acesso em 26 de maio de 2020.

Sistema de Gestão de Convênios-SISCOM. Comarca de Ibiá-MG. Gráficos.

SOUZA, Pagani André; CASTRO, Daniel Penteado de; NETO, Elias Marques de M.; MOLLICA, Rogério. **O Poder-dever do Juiz de Tentar Conciliar as Partes**. Migalhas. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/coluna/cpc-na-pratica/267878/o-poder-dever-do-juiz-de-tentar-conciliar-as-partes>>. Acesso em 19 de maio de 2020.

TERAOKA, Thiago Massao Cortizo. **A Necessidade Faz o Gato Pular**: Audiências virtuais nos tempos de corona vírus. Consultor Jurídico. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-mai-11/thiago-teraoka-audiencias-virtuais-tempos-coronavirus>>. Acesso em 13 maio 2020.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal**. 11.ed. São Paulo: Saraiva, 1989.

ZAMORRA Y CASTILLO. **Processo, Autocomposição e Autodefesa**. Cidade do México: Ed. *Universidad Autónoma Nacional de México*, 1991. p. 238.